

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.862 - RS (2019/0300375-4)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : CLAITON MACIEL GONCALVES (PRESO)
ADVOGADO : MARIANA FRANCINE FETZNER - RS113218
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por CLAITON MACIEL GONCALVES contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Consta dos autos que o recorrente e dois corréus foram presos em flagrante delito, no dia 31/1/2019, pela prática das condutas descritas nos arts. 157, §§ 2º, II, e 2º-A, I, do Código Penal e 14 da Lei 10.826/2003.

A prisão em flagrante foi convertida em preventiva (e-STJ fls. 62/74), encontrando-se o recorrente encarcerado desde então.

Irresignada, a defesa impetrou *writ* no Tribunal de Justiça, que denegou a ordem nos termos do acórdão assim ementado (e-STJ fl. 152):

HABEAS CORPUS. CÓDIGO PENAL. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. ART. 157, §2º, INCISO II, E § 2º-A, INCISO I. ART. 329. ROUBO MAJORADO. EMPREGO DE ARMA DE FOGO. RESISTÊNCIA. ART. 14 DA LEI Nº 10.826/2003. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. CONCURSO DE PESSOAS. PARCIAL CONHECIMENTO.

Em Habeas Corpus anterior as demais questões já foram examinadas, e sem fatos novos não existem fundamentos para o reexame do que já decidido.

EXISTÊNCIA DOS FATOS E AUTORIA.

Roubo em posto de combustíveis. Em operação “Balada Segura” a guarda municipal avistou o veículo informado via rádio sobre um assalto em estabelecimento comercial, na tentativa de ordem de parada os ocupantes do dito automóvel não acataram o atendimento feito pelas autoridades e fugiram em alta velocidade. Houve disparo de arma de fogo feito por um dos denunciados em direção à viatura dos guardas municipais, e mais à frente o veículo acabou colidindo com uma mureta, e ao saírem do automóvel os denunciados foram abordados e revistados, sendo encontrados na posse deles dois revólveres, um calibre .22 e o outro .32, e uma bolsa com três relógios de pulso, quatro telefones celulares, uma nécessaire com maquiagens, cinco munições intactas e uma deflagrada de .22, uma quantia em dinheiro de R\$ 415,50 (cédulas e moedas), um moedeiro,

Superior Tribunal de Justiça

uma carteira preta com uma quantia de R\$ 95,20, um molho de chaves.

EXCESSO DE PRAZO.

Não há excesso a prazo a ser reconhecido, levando em conta a natureza do fato, as diversas testemunhas e os inúmeros pedidos de liberdade provisória.

HC CONHECIDO, EM PARTE. ORDEM DENEGADA.

UNÂNIME.

O presente recurso funda-se no alegado excesso de prazo para a formação da culpa, em razão de a marcação da audiência de instrução e de julgamento ter sido designada para além dos 8 meses de prisão cautelar.

Afirma o recorrente, ainda, a nulidade do reconhecimento pessoal por fotografia.

Diante disso, pleiteia, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou a aplicação de medidas cautelares alternativas (e-STJ fls. 179/192).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

De acordo com a orientação desta Corte Superior, os prazos processuais não são peremptórios. Da mesma sorte, o constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético. Há de ser realizada pelo julgador uma aferição do caso concreto, de acordo com as suas peculiaridades, em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Em consulta ao andamento processual da Ação Penal n. 0003589-53.2019.8.21.0008, constata-se que foi encerrada a instrução na audiência realizada em 12/9/2019, estando superada a alegação de constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo para a formação da culpa, diante da incidência do

Superior Tribunal de Justiça

conteúdo do enunciado da Súmula n. 52 desta Corte (*"encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo"*).

No mais, o presente recurso subsiste apenas quanto à alegada nulidade, a qual deverá ser apreciada em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste feito.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que deverá noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste processo.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator